

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 919.086 RONDÔNIA

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
RECTE.(S)	: SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S)	: CAIARI COMÉRCIO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADV.(A/S)	: VICENTE FELIZARI FILHO
ADV.(A/S)	: GRASSANDRA ROSSI OLIVEIRA

DECISÃO:

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A pretensão não merece acolhida. O acórdão recorrido não merece reparos, na medida em que se mostra consentâneo com a jurisprudência da Corte. Confira-se, a propósito, a ementa a seguir:

“Agravos regimentais no recurso extraordinário. Valores pagos à SUFRAMA. Natureza jurídica. Taxa. Cobrança por meio de portaria. Princípio da legalidade. Violação. Não recepção do parágrafo único do art. 24 do Decreto-Lei nº 288/67. Precedente.

1. Esta Corte consolidou entendimento no sentido de caracterizar como taxa a cobrança pecuniária pela SUFRAMA para anuir aos pedidos de guias de importação de insumos e bens de capital e aos pedidos de desembaraço aduaneiro e do controle dos internamentos na Zona Franca de Manaus.

2. A cobrança de taxa por meio de portaria viola o princípio da legalidade tributária.

3. Não recepção pela CF/88 do parágrafo único do art. 24 do Decreto-Lei nº 288/67.

4. Agravo regimental não provido.” (RE 599450 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli)

RE 919086 / RO

Diante do exposto, com base no art. 557 do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

Relator